



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de João Pessoa  
Casa Napoleão Laureano

**AUTÓGRAFO Nº 3283/2024**  
**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1778/2023**  
**AUTORIA: VEREADOR ZEZINHO BOTAFOGO**

RECONHECE O THEATRO SANTA ROSA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL  
DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO  
SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA:**

**Art. 1º** Fica reconhecido como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de João Pessoa o **THEATRO SANTA ROSA**, localizado no Centro Histórico da cidade, como parte fundamental de nossa identidade cultural.

**Parágrafo único.** Para o alcance dos objetivos desta lei, nos termos definidos na Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

**Art. 2º** O Theatro Santa Rosa é considerado um espaço de relevância para a preservação e difusão da cultura e das artes cênicas, musicais e visuais, desempenhando um papel fundamental na formação da identidade cultural da cidade de João Pessoa e de toda a região.

**Art. 3º** O Theatro Santa Rosa é um local de grande importância histórica e artística, palco de inúmeras apresentações de teatro, música, dança e outras manifestações culturais ao longo de sua existência.

**Art. 4º** Este reconhecimento tem como objetivo preservar a memória e a tradição cultural da cidade de João Pessoa, garantindo a continuidade das atividades culturais e artísticas realizadas no Theatro Santa Rosa.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 05 DE MARÇO DE 2024.**

  
**VALDIR JOSÉ DOWSLEY**  
Presidente